

Operações de Não Guerra

As forças armadas têm passado por transformações significativas na maneira de abordar os problemas relacionados com as operações ditas em ambientes de não guerra. Também têm aprendido bastante, às vezes pagando um elevado preço, com os desdobramentos ao longo do Globo. O importante é que o profissional das armas tenha consciência da magnitude de uma operação de paz e que esteja preparado para executá-la, embora a sua missão precípua seja a preparação para a guerra. É muito confortável contribuir para o incremento do bem estar e o restabelecimento da justiça.

O cenário que se nos avizinha está a nos mostrar que a demanda por operações dessa natureza tende a crescer. Tanto é assim, que os Estados Unidos da América estão preocupados com o excessivo número de desdobramentos de suas Forças Armadas. As parcerias estratégicas, com o aval dos organismos internacionais de segurança, provavelmente irão exigir um maior empenho de outras nações nesse mister.

Por outro lado, as ameaças assimétricas, quer sejam de um Estado ou de uma organização, podem vir a constituir-se em um sério problema para os planejadores militares. O terrorismo, muitas vezes suportado por um Estado-Nação, é uma ameaça factível. Os exemplos de um passado recente e do presente nos alertam para o problema. Se aliarmos a capacidade dessas ameaças em utilizar as armas de destruição em massa, o problema cresce de importância.

Nesse contexto, o leitor terá a oportunidade de deparar-se com artigos que abordam toda essa problemática anteriormente citada. É momento de reflexão.



Integração ou Impasse O Fluxo das Informações nas Operações Cívico-Militares

Tenente-Coronel Michael M. Smith, Força Aérea dos EUA, e
Major Melinda Hofstetter, Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA

Traduzido da revista *JFQ*, Spring 1999

QUANTAS vezes ouvimos os termos — compartilhar informações, maior cooperação — em conexão aos relacionamentos entre as Forças Armadas e os militares estrangeiros, as agências internacionais e as organizações não-governamentais? Debatermos suas implicações durante exercícios e conferências. Mas, as conclusões destes debates estão chegando até o terreno? Como podem os comandantes garantir que seus oficiais e praças fomentam esse tipo de relacionamento com seus homólogos? Como melhorar as comunicações a fim de atenuar o, cada vez mais, abarrotado processo conjunto e combinado de operações humanitárias e de paz, e auxiliar na execução da missão?

Sem um adestramento adicional, mesmo unidades de combate bem adestradas não estarão prontas para mudanças em percepções, atitudes, ritmo de combate e operações militares de não guerra. Destreza em combate não pode ser diretamente transferida para operações de paz, assistência em situações de calamidade, assistência humanitária, ou muitas outras missões cívico-militares e operações de não guerra. A maior parte deste problema é institucional. As FA tendem a considerar essas missões como aberrações passageiras. De mais a mais, são as missões menos favoritas de serem executadas. Por esse motivo as experiências e lições aprendidas não são propriamente documentadas. (Os britânicos têm um problema similar; eles as consideram como lições identificadas, isto é, lições que serão esquecidas e novamente identificadas mais tarde). Existem muitas situações documentadas onde os soldados tiveram de reinventar a roda, porque não conseguiram documentação adequada. Esse problema é exacerbado pelo rodízio normal de pessoal, resultando na perda de conhecimentos e da destreza técnica.

O presente artigo aborda os problemas enfrentados por unidades de valor batalhão e brigada operando em

uma arena multinacional em apoio às operações cívico-militares. Embora a maioria das operações de não guerra sejam também operações cívico-militares, a ênfase é colocada nos relacionamentos entre os estados-maiores militares (particularmente na atividade de inteligência) e as organizações internacionais e não-governamentais (ONGs). Ao mesmo tempo fornece referências aos comandantes e oficiais superiores e incorpora material educacional e de adestramento para os oficiais subalternos e as praças.

Fobia por Inteligência

Em um estudo recente, Andrei Raevsky destaca que a inteligência é essencial para qualquer operação militar, particularmente às operações de paz. Contudo, a busca de dados para a produção do conhecimento de inteligência pode ser considerada um tanto secreta, subversiva e hostil, e freqüentemente vista por civis como incompatível com as operações de manutenção da paz, que supostamente devem ser conduzidas de forma imparcial. Raevsky é da opinião que as operações de paz sem o emprego de inteligência são “cegas, surdas e insensatas”.¹ Enfatiza o desafio especial das missões de manutenção da paz da seguinte forma:

Esse tipo de operação, por sua grande probabilidade de escalar, requer uma capacidade de inteligência muito mais complexa que, além de fornecer o apoio essencial de inteligência para a própria missão de manutenção da paz, monitora todas as atividades na área que possam afetar a operação de paz, atualizando a inteligência necessária para possíveis ações de combate, bem como as prováveis escaladas do conflito.

Se for feita uma análise de todas as insurreições ocorridas na história, e como foram derrotadas (ou como os insurretos derrotaram aqueles no poder), pode-se concluir que a inteligência teve um papel-chave, fosse

“avaliando os efeitos morais, indicando como a situação política podia ser transformada, ou prevenindo o que poderia levar os guerrilheiros a interromper o combate e negociar.”² Análise como esta pode ser virtualmente empregada em todas as operações cívico-militares.

Conheça sua Missão

Os tempos em que se conhecia o inimigo — ou o aliado — quase não existem mais. Até mesmo a básica construção da guerra segundo Clausewitz mudou. O objetivo talvez não seja mais a destruição do poder militar inimigo. Um princípio encontrado no Manual de Pequenas Guerras (*Small Wars Manual*) do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA de 1930 é, hoje em dia, amplamente aceito. A guerra deve transcender a destruição material da propriedade e das populações para ocupar-se dos assuntos econômicos, sociológicos, religiosos e étnicos da sociedade em geral. Tanto em 1930 como atualmente, o objetivo operacional era e ainda é não matar os não combatentes, mas convencê-los a adotar nossa meta e evitar que obstruam a missão. Contudo, a doutrina operacional não apóia um adestramento amplo para operações de não guerra que aborde de forma global esses temas.

As forças armadas terão de enfrentar tarefas multidimensionais muito maiores. A doutrina tradicional concentrava-se na defesa da nação contra um oponente global, ignorando as ameaças regionais, provendo apoio às crises de curta duração, como operações para a evacuação de não-combatentes. Atualmente, as forças armadas enfrentam novas formulações de interesse nacional. Segundo a Avaliação Estratégica de 1998, essas mudanças são cada vez mais frequentes e menos convencionais e compreendem uma ampla gama de operações militares combinadas e interaliadas, além dos engajamentos de tempo de paz e das operações de não guerra. Missões bem-sucedidas são raras quando as forças armadas prestam apoio a nações fracassadas ou a caminho do fracasso, caracterizadas por tumultos, ameaças transnacionais, terrorismo, drogas, problemas ambientais e doenças. Ainda surgem outros desafios durante a fase de desengajamento e de estabilização, como a troca de prisioneiros, desmobilização e controle de armas, desminagem, auxílio humanitário, civis deslocados, cooperação política interna, monitoramento de eleições e da justiça policial e criminal, ordem civil e social, e restauração econômica. Os participantes em conflitos incluem, em geral, não apenas os tradicionais militares, mas forças paramilitares, insurretos, gangues organizadas e déspotas. Certas dúvidas devem ser estabelecidas desde cedo: O que queremos fazer? Como está definido o “cumprimento da missão”? Qual é a estratégia? Quem está encarregado? Embora a maioria seja de caráter político, estas perguntas devem ser res-

pondidas porque determinam os limites das operações.

É difícil caracterizar o intercâmbio de informações nas operações de não guerra e cívico-militares — inclusive assistência humanitária e em casos de calamidades — devido a sua complexidade e singularidade. As dimensões política, humanitária e militar devem ser coordenadas. No entanto, parece não existir uma boa coordenação entre as organizações militares e as organizações internacionais e não-governamentais. Alguns termos como coordenação, cooperação e consenso são muito familiares em situações multinacionais como no caso de emergências humanitárias, mas praticamente inoperáveis no terreno. Integração das informações parece ser o termo mais apropriado no nível operacional.

Adquirir confiança por meio de uma interação face a face é importante no caso de integração de informação e pode ser conseguida, de forma relativamente fácil, em um relacionamento individual no nível de trabalho. Unidade de esforço significa que cada ator participante de uma operação está de acordo com os objetivos da missão e luta para chegar a um consenso, trabalha para o bem comum, e reconhece que integrar informação é para o bem de todos.

Transformando em Boa uma Má Aliança

Pode-se levar muito tempo para convencer as organizações não-governamentais (ONGs) que as forças singulares têm os mesmos objetivos e estão prontas para cooperar. Portanto, ambas procuram cumprir, com frequência, a missão por caminhos totalmente diferentes. As forças singulares procuram estabilizar a situação, a curto prazo, por meio de ações que venham a contribuir para o fim da fome, pela construção de abrigos temporários em caso de desastres naturais, ou pela diminuição das pressões. As organizações internacionais e ONGs, por outro lado, têm tratado de situações humanitárias por décadas, tais como a pobreza, o subdesenvolvimento, as doenças e a inanição. Não consideram o ambiente de segurança como sendo bipolar e de leste a oeste, mas como sendo multifacetado e direcionado de norte a sul. Desde o princípio, portanto, as forças armadas partem com um ímpeto diferente.

As organizações civis preferem a abordagem a longo prazo. Em geral se encontram na área bem antes das FA, e permanecem por mais tempo. Por exemplo, algumas organizações internacionais e ONGs já se encontram em Kosovo há cinco anos.

Organizações internacionais e ONGs não são homogêneas. O conceito de unidade de comando empregado pelas forças armadas é de difícil compreensão para elas, porque cada organização tem os seus próprios objetivos, alguns fundamentados na política enquanto outros o são em ideologias políticas. Ainda outras são ba-

seadas na fé ou no poder de influir, porém todas são apoiadas pelo cliente. Coletivamente não têm uma visão estruturada ou compartilhada que as unifique como acontece com as forças armadas — ou talvez uma força, já que a hierarquia das ONGs não está sujeita a camadas burocráticas e correntes políticas híbridas. Existe ainda uma competição por publicidade, representada pela arrecadação de verbas. Contudo, as ONGs têm os mesmos princípios de colaboração das FA, por exemplo: um imperativo moral muito forte, profissionalismo e respeito pela vida. Além disso, as forças armadas devem entender que as ONGs e os trabalhadores das organizações internacionais têm mais experiência nesse campo do que a maior parte dos oficiais e praças. A frase derogatória “arrebanhando gatos”, que alude às ONGs e às organizações internacionais como sendo incontroláveis e ao mesmo tempo um grupo de monolíticos ambientalistas, é indigna e deve ser abandonada.

As forças armadas e as ONGs devem reconhecer as diferenças em suas respectivas abordagens concomitante com os seus objetivos em comum. Devem lembrar que um inimigo talvez não possa ser atacado pela forma tradicional. O inimigo pode ser a fome ou doenças. Conseqüentemente, o diálogo é imperativo. Compartilhar a informação coletada a fim de alcançar o objetivo comum, isto é, a conclusão da missão, beneficia ambos os lados — que tanto pode ser a curto prazo, desde o ponto de vista das forças armadas, ou a longo prazo, segundo as ONGs.

Um Papel para a Inteligência

Embora as forças armadas tenham uma tendência a considerar o trabalho das ONGs como missões de assistência humanitária ou auxílio em caso de calamidade, a maioria dessas organizações considera este tipo de operações como uma atividade secundária até o desenvolvimento a longo prazo da infra-estrutura. Participantes em missões de assistência humanitária e auxílio em caso de calamidades são, portanto, programados por predileções culturais e processos de informação. O idioma é outro obstáculo. Embora o inglês seja a língua empregada nas operações internacionais, a terminologia especializada e as siglas impedem a comunicação entre as forças armadas. Muitos civis se defrontam com uma confusão nebulosa da guerra quando tentam se comunicar com os militares no terreno.

Além disso, quando conversamos com os aliados e os outros estrangeiros pode se assumir que compartilhamos valores idênticos, quando a realidade é o inverso. A informação pode ser processada visual ou oralmente por meio de filtros subconscientes. Abrir linhas de comunicação requer uma exposição prolongada a culturas e habilidades diferentes, condições difíceis de serem nutridas dentro das forças armadas.

Oficial do Corpo de Fuzileiros Navais conversa com um beduíno no Kuwait.



Fotos: Departamento de Defesa

Sem um adestramento adicional, mesmo unidades de combate bem adestradas não estarão prontas para mudanças em percepções, atitudes, ritmo de combate e operações militares de não guerra. Destreza em combate não pode ser diretamente transferida para operações de paz, assistência em situações de calamidade, assistência humanitária, ou muitas outras missões cívico-militares e operações de não guerra.

Compartilhar Informações

Como parte da preparação para o desdobramento de uma missão, tanto oficiais de inteligência como outros, em todos os níveis, coletam informação sobre o futuro ambiente, inclusive um conhecimento profundo da área circunjacente e dos atores a serem enfrentados. O processo pode ser auxiliado por uma base de inteligência humana idônea, embora esta seja uma deficiência já aceita na atividade de inteligência. Devido a um declínio das fontes de coleta de informação e inteligência, pode ser

Exercício para Operações de Assistência Humanitária sendo realizado no Quênia.



As forças armadas terão de enfrentar tarefas multidimensionais muito maiores. A doutrina tradicional concentrava-se na defesa da nação contra um oponente global, ignorando as ameaças regionais, provendo apoio às crises de curta duração, como operações para a evacuação de não-combatentes. Atualmente, as forças armadas enfrentam novas formulações de interesse nacional. Segundo a Avaliação Estratégica de 1998, essas mudanças são cada vez mais frequentes e menos convencionais e compreendem uma ampla gama de operações militares combinadas e interaliadas, além dos engajamentos de tempo de paz e das operações de não guerra.

difícil encontrar uma leitura clara e atualizada dos costumes e das atitudes locais. Algumas lacunas podem ser preenchidas por outros meios como: a mídia, as ONGs, o Departamento de Estado, os “sites da Web”, e as agências e organizações norte-americanas ou estrangeiras como as Nações Unidas. Outras fontes a serem considerada são as notícias locais ou regionais, primordialmente as da oposição e das facções periféricas que talvez sejam opostas à presença dos EUA.

Todos aqueles ligados à área de operações podem agir como os olhos e os ouvidos do grupo. Trabalhadores em missões de auxílio operam agora em ambos os lados da área de conflito, ao invés de somente em territórios pertencentes ao governo, tendo, portanto, acesso a uma maior área do que as forças singulares. Podem oferecer opiniões sobre as condições do local ou incidente. Suas informações podem ser preconcebidas; conseqüentemente suas observações devem ser avaliadas para garantir que a descrição da situação é baseada em uma informação idônea.

Nem todos compartilham igualmente a informação; entretanto as forças armadas devem sempre prestar informações, quer recebam ou não algo em troca. As forças armadas devem conhecer os fatos. Os civis que trabalham para as ONGs não são obrigados a compartilhar informação, e até podem considerar de forma negativa a cooperação com as forças armadas. Quanto mais informação é compartilhada, maior será o conhecimento da situação, e maior será a probabilidade de uma missão bem-sucedida.

Apesar da idéia difundida de que as forças armadas e as ONGs terem diferentes missões, reconhecer os fatores que têm em comum, por exemplo “garantir a segurança da população local”, provavelmente conduzirá a um fluxo maior de informações. Para isso, é indispensável encontrar o meio termo para o intercâmbio de idéias. Talvez seja impossível formalizar os laços entre as forças armadas e as ONGs, mas talvez isso não seja nem necessário nem desejável. Laços informais podem ser forjados

Construindo um centro comunitário em Basseterre, St. Kitts



Embora o Centro de Operações Cívico-Militares seja o meio aprovado para uma cooperação entre as FA e as ONGs, muito mais ocorre, de forma descentralizada, fora deste ambiente. Por exemplo, a coordenação na Somália foi feita nos diferentes níveis de assistência humanitária, em geral a vários quilômetros do Centro de Operações Humanitárias. Cada um tratou do nível de violência local, clãs e subclãs e outros assuntos pertinentes. Respostas coerentes e coordenadas não provinham do sistema de respostas centralizado.

por meio de contatos profissionais e sociais, sob os auspícios de outras organizações, ou por meio da exploração de fatos comuns às duas. O pessoal de inteligência pode consultar as mesmas fontes de informações que as ONGs e a mídia empregam a fim de formarem suas opiniões. Isso nos possibilita ver, por exemplo, como a mídia relata certos eventos.

Ademais, os problemas de interoperabilidade, regras de engajamento, e a terminologia podem dificultar o compartilhamento das informações. Este compartilhamento deve ocorrer tanto nos QGs quanto ao nível de tropas. As ONGs podem compartilhar informações formalmente ou *ad hoc*. Informações podem também ser compartilhadas no decorrer de reuniões regulares entre governos como as realizadas pelo Alto Comissariado para Refugiados da ONU (*UN High Commission for Refugees*). Quando existe envolvimento das FA, o Centro de Operações Cívico-

Militares (*Civil-Military Operations Center — CMOC*) é o meio para essas reuniões. Finalmente, Web sites como a Rede Integrada de Informação Regional (*Integrated Regional Information Network*), a *ReliefWeb* e o Sistema de Alerta Antecipado sobre Inanição dos EUA (*USAID Famine Early Warning System*) estão disponíveis. Cada uma dessas plataformas para o compartilhamento de informações pode ser suscetível a diferenças culturais e requisitos do terreno que variam de crise para crise.

Segurança, mudanças nas necessidades de um determinado ambiente ou um inopinado movimento em massa de civis, podem extraordinariamente afetar quando e como pode ser apoiado o relacionamento entre os atores envolvidos no campo humanitário. Por exemplo, embora o Centro de Operações Cívico-Militares seja o meio aprovado para uma cooperação entre as FA e as

ONGs, muito mais ocorre, de forma descentralizada, fora deste ambiente. Por exemplo, a coordenação na Somália foi feita nos diferentes níveis de assistência humanitária, em geral a vários quilômetros do Centro de Operações Humanitárias. Cada um tratou do nível de violência local, clãs e subclãs e outros assuntos pertinentes. Respostas coerentes e coordenadas não provinham do sistema de respostas centralizado.

Operadores e analistas devem tirar vantagem das redes existentes para o compartilhamento de informações. Entre as redes formais se encontram as embaixadas, os ministérios do governo, movimentos políticos e as organizações internacionais como as ONGs. A imprensa local, a televisão e o rádio em conjunto com a mídia internacional (tais como a Voz da América e a BBC) constituem as redes informais tradicionais. Fontes informais compreendem os motoristas de táxi, vendedores ambulantes e a população em geral. Maiores conhecimentos podem ser obtidos ao observar os relacionamentos étnicos e tribais, a diferença entre a remuneração civil e a militar, a existência de postos de alimentação, e em mercados onde são vendi-

dos produtos usados (mercadoria não-essencial como bijuteria ou tapetes, e itens essenciais como panelas e frigideiras). Esses indicadores dão uma idéia dos mecanismos de sobrevivência de uma população e uma avaliação mais precisa de uma situação em fase de deterioração; mesmo assim muitas dessas opções não são exploradas. Sempre haverá a preocupação para proteger as fontes e os métodos de coleta de inteligência, mas, um mundo de informações pode ser coletado simplesmente por se fazer uso dos olhos e ouvidos na área de operações. **MR**

Referências

1. Andrei Raevsky, *Managing Arms in Peace Processes: Aspects of Psychological Operations and Intelligence* (Gerenciamento de Armas no Processo de Paz: Aspectos das Operações Psicológicas e de Inteligência) Genebra: Instituto de Pesquisa de Desarmamento da ONU, 1996) p. 2.
2. David M. Keithly, "Leading Intelligence in the 21st Century: Past as Prologue?" *Defense Intelligence Journal*, vol. 7, nº 1 (Spring 1998), p. 85.

O Tenente-Coronel Michael M. Smith é oficial de política no Centro de Operações, Planejamento e Políticas do Comando de Operações Especiais dos EUA.

A Major Melinda Hofstetter é assessora superior do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA e catedrática no Joint Military Intelligence College.

FONTES:

[Esta compilação de fontes foi selecionada para auxiliar os oficiais de estado-maior na organização do esmagador fluxo de informações e suplementar as lacunas de informação antes do desdobramento.]

InterAction — *American Council for Voluntary International Action* (Conselho Americano para a Ação Internacional Voluntária (<http://www.interaction.org>)). O objetivo desta coalizão de mais de 150 ONGs é cooperar para a realização de missões de auxílio humanitário em todo o mundo. O *web site* tem elos com *sites* de outras ONGs e um Diretório da Internet para respostas ao Desastre (*Disaster Response Internet Directory*) com ligações para a ONU, Agência Internacional para o Desenvolvimento (*Agency for International Development*), Agência Central de Inteligência (*CIA*), Agência Federal de Gerenciamento Emergencial (*Federal Emergency Management Agency*), e outras fontes do governo, agências jornalísticas e meios da OTAN. Existem listas que mostram as ONGs de cada país, com o relato de situações e quais as suas atividades na área de crise. Planejadores podem ficar sabendo previamente quem já se encontra na área, entrar em contato com o escritório norte-americano e obter uma noção mais precisa do que está se passando no terreno. *InterAction* também publica *Monday Developments*, um relatório feito a cada duas semanas em forma eletrônica e impresso, sobre as atividades humanitárias ocorrendo em todo o mundo e as crises responsáveis pelas mesmas.

ReliefWeb — (<http://www.notes.reliefweb.int>). Patrocinado pelo Escritório de Coordenação para Assistência Humanitária (*Office for the Coordination of Humanitarian Affairs* — *OCHA*), *ReliefWebb* oferece “informação atualizada coletada em mais de 170 fontes sobre emergências complexas e desastres naturais. Usuários de mais de

150 países acessam em média mais de 200 000 documentos por mês”. Existe também um arquivo na Internet dos representantes da *OCHA* e de outras agências da ONU com relatórios de mais de 800 desastres naturais.

Integrated Regional Information Network — IRIN — Rede Integrada de Informação Regional, (pode ser acessada através da *ReliefWeb*). Controlada pela *OCHA*, a *IRIN* provê informação diária e semanal a respeito de problemas regionais no Cáucaso, na Ásia Central e África Subsaariana. Coleta dados dos governos, das ONGs nacionais e internacionais, agências da ONU e de outras fontes. Segundo a *IRIN* as redes procuram estimular um espírito de profissionalismo entre as diversas disciplinas (política, humanitária, legal, militar e a mídia) em resposta às complexas emergências que afetam as regiões atendidas por eles”.

U.S. Agency for International Development (www.info.usaid.gov/resources/) — Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional. Este é um dos muitos *web sites* dos EUA que prestam auxílio, denominado *Development Links*. Nele está registrada uma lista de endereços de outras agências e organizações envolvidas em atividades humanitárias e de desenvolvimento pelo mundo. Existem listas de agências do governo dos EUA, das embaixadas, ONGs, e *PVO* e das Organizações Privadas Voluntárias (*Private Voluntary Organizations*). *Sites* de ONGs, de organizações internacionais e regionais, conferências e uma lista de informações sobre referências em geral podem ser encontradas no *site* da *InterAction*.

U.N. High Commission for Refugees (UNHCR) — Alto Comissariado da ONU para Refugiados — www.unhcr.ch. Este *web site* contém, entre outras coisas, pequenos relatos sobre crises de refugiados em todo o mundo, comunicados da imprensa, atualização dos países, e serviço de notícias especiais da *UNHCR*. Informações de até dois meses atrás podem ser encontradas na página “o que há de novo”.

Greater Horn Information Exchange (<http://gaia.info.gov/HORN>) — Intercâmbio de Informações Great Horn. Neste *site* podem ser encontrados relatórios, lista de fatos, guias, sumário de atividades, datas, trabalhos científicos e análises das crises ocorridas nas nações do leste e centro da África. Mapas e relatórios de situação estão disponíveis bem como narrações sobre desastres.

Sphere Project — Projeto Esfera (<http://www.ifrc.org/pubs/sphere>) *Humanitarian Charter and Minimum Standards in Disaster Response* (Regra Humanitária e Padrões Mínimos na Resposta ao Desastre) é uma tentativa para um consórcio de organizações a fim de desenvolver sua própria versão do *Office of Foreign Disaster Assistance — DART Handbook and UNHCR Handbook* (Manuais do Escritório de Assistência para Desastres e do Alto Comissariado da ONU para Refugiados). Os problemas da água, saneamento, abrigos e ajuda alimentar são discutidos em sete capítulos. Pode-se também encontrar seções sobre o código de conduta e o de melhores práticas da ONG. Inclui também padrões de análise, indicadores, sinais de aviso, recomendações para a prevenção e abrandamento: excelentes referências, muito fácil de ler e usar.

Joint Publication 3-57 [anteprojeto] *Joint Doctrine for Civil-Military Operations* (Doutrina Conjunta para Operações Cívico-Militares) (http://carlisle-www.army.mil/usacsl/org/pki/new_pki.htm). O Instituto de Manutenção da Paz do Exército dos EUA possui um *web site* para o anteprojeto do documento de Operações Cívico-Militares que substituirá a *Joint Pub 3-57, Joint Doctrine for Civil Affairs* (Doutrina Conjunta para Assuntos Cívicos), por ter um escopo muito limitado. Revisão e comentários são bem-vindos. O Comando de Operações Especiais dos EUA é a agência encarregada; A Escola e Centro de Guerra Especial do Exército dos EUA é o agente executivo.

Generic Intelligence Requirements Handbook (Manual de Necessidades Genéricas de Inteligência) (abril de 1995, MCIA-1540-002-95). Publicado pelo Centro de Inteligência do Corpo de Fuzileiros Navais — *MCIA*, este manual de bolso é extremamente útil para “preencher lacunas de informações...por exemplo um código, para eficazmente solicitar informação...ou como uma ferramenta básica para apoiar os centros de inteligência que proporcionam inteligência operacional para as unidades avançadas”. Esse centro também publica o manual de bolso *Urban Generic Information Requirements Handbook* (Manual de Necessidades e Informações Genéricas Urbanas), focalizando a área urbana onde está previsto que ocorrerão muitas crises.

UNHCR Handbook for Emergencies (Manual do Alto Comissariado da ONU para Refugiados para Emergências). A primeira parte inclui alguns dos temas abordados no manual *Office of Foreign Disaster Assistance Handbook*. Aborda ainda a seleção de áreas para a implementação de campos para refugiados logo no surgimento da crise, considerando todos os fatores, desde o suprimento de água, as condições do terreno até os direitos de propriedade. Outros apêndices cobrem a avaliação das necessidades, a atenção médica imediata até os planejamentos de poços e latrinas. Aborda a coordenação das ONGs bem como o problema da corrupção em caso de emergências quando são distribuídos suprimentos e grande somas de dinheiro. A segunda parte contém informações de grande utilidade como a lista de suprimentos de escritório, kit de primeiros socorros, e normas para o relacionamento com a mídia e coordenação com os governos locais. Contém dados sobrepostos muito úteis para oficiais de inteligência e os demais.